

## O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E O DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA PÚBLICA

KAUANE DOS SANTOS BRISOLARA<sup>1</sup>; LORENA ALMEIDA GILL<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade federal de Pelotas – [kauanebrisolara@gmail.com](mailto:kauanebrisolara@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gill@ufpel.edu.br](mailto:gill@ufpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Vive-se, atualmente, em uma sociedade a cada dia com maiores vinculações com o presente, o que faz com que, muitas vezes, não se tenha preocupação com a preservação e com a conservação de documentos. Estes documentos são produzidos pela sociedade e espelham atividades, ações cotidianas e luta por direitos, de tal modo que são fundamentais para que se possa compreender os processos sociais. Os historiadores e historiadoras têm um papel fundamental na salvaguarda de documentos, embora, algumas vezes, o esforço deles seja ineficaz por não encontrarem em documentos, os quais são perdidos, destruídos ou incinerados anteriormente ou, ainda, porque quando têm acesso a estes materiais pouco recursos estão disponíveis para que os materiais sejam preservados e publicizados. A destruição do patrimônio arquivístico contribui para a disseminação de documentos alterados e falsificados, por isso a necessidade de manter os originais.

Há décadas circulam debates na esfera legislativa brasileira sobre a importância - ou não - da conservação de documentos públicos, tendo em vista o alto custo para a manutenção e disponibilização destes. Ainda no século passado, em meados dos anos de 1970, já era previsto a destruição de processos passados cinco anos de arquivamento. Contudo, em 1991, a lei nº 8.159 criou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a partir disso, foi determinado a guarda permanente de documentos considerados importantes para fins de prova, informação e pesquisa (KOSCHIER, 2019). No ano de 2012, no entanto, a lei nº 12.682 foi aprovada no Congresso Nacional autorizando a eliminação dos documentos após a digitalização, contudo foi vetado pela então Presidente da República Dilma Rousseff, atendendo às recomendações técnicas da CONARQ. Contudo, ainda em debate, recentemente foi aprovada a Medida Provisória nº 881 (2019), a partir da qual o então presidente Jair Bolsonaro autoriza a digitalização, seguida de destruição de arquivos privados, criando um cenário ambíguo e levantando questionamentos sobre o que pode vir a resultar na proliferação da destruição de documentos na esfera pública (VENÂNCIO, 2021).

A conservação, preservação e divulgação de documentos, especialmente do mundo dos trabalhadores e trabalhadoras, são os principais objetivos do Núcleo de Documentação Histórica (NDH-UFPEL), que quando criado pela professora Beatriz Loner, no ano de 1990, tinha como propósito a preservação e organização dos documentos da própria universidade. Contudo, atualmente, conta com um grande acervo, dos mais diversificados, desde os 93 mil processos da Justiça do Trabalho de Pelotas; as mais de 600 mil fichas de qualificação profissional, da Delegacia Regional do Trabalho do RS, dentre outros, como revistas, jornais, boletins, documentos de movimentos sociais, sindicais e partidários, fotos/imagens e o Laboratório de História Oral, o qual abriga mais de duzentas entrevistas realizadas a partir da modalidade da história oral.

Um dos projetos atuais do NDH é a digitalização dos processos da Justiça do Trabalho, buscando a disponibilização ao público, através de suas mídias sociais,

tanto na página no Instagram e do Facebook, como também, no site oficial do Núcleo. Conservar e divulgar estes documentos, é preservar a história social de uma comunidade. Trata-se da construção do conhecimento que busca entender os movimentos, as mudanças e as tensões da sociedade (LIDDINGTON, 2011).

## 2. METODOLOGIA

A partir do objetivo central do Núcleo de Documentação Histórica, conservação e divulgação, o projeto de digitalização dos processos trabalhistas (Acervo da Justiça do Trabalho), busca disponibilizar estes processos tanto para fins pessoais, com o interesse do trabalhador ou trabalhadora provar tempo para aposentadoria, situações de insalubridade ou pedidos de duplas cidadania como, também, para pesquisas em áreas diversas como História, Direito, Sociologia, dentre outros. O acervo conta com os processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, entre os anos de 1936 e 1998 e estão armazenados em uma sala do Instituto de Ciências Humanas. A organização é a partir de lotes, anos, varas e número dos processos.

Atualmente o trabalho desenvolvido no Núcleo, para uma melhor organização e disponibilidade, foi dividido em empresas, sendo que cada bolsista tem digitalizado uma fábrica em específico. Uma listagem com o número do lote, o processo, o ano e o nome das pessoas são disponibilizados, assim como a vara, a qual julgou o processo. A partir daí, os documentos são localizados, higienizados, digitalizados e então devolvidos as prateleiras. Estes mesmos arquivos são disponibilizados para fins acadêmicos, como também, pessoais como provas documentais regulamentadas para fins de comprovar uma ligação com a determinada empresa. Cabe destacar que é um trabalho um tanto minucioso, pois demanda conhecimento e habilidades para o manuseio e a higienização de documentos mais antigos. Estes mesmos documentos digitalizados, serão divulgados no *site* e nas redes sociais do Núcleo, assim como outros tantos projetos já disponíveis.

Disponibilizar esse tipo de material nas redes sociais é de extrema importância, para se ter uma maior acessibilidade e alcance. O NDH conta com diversos projetos de extensão, ensino e pesquisa, publicizados através de suas mídias sociais, *site*/Instagram/Facebook. Trata-se de artigos, livros, teses e dissertações, além da divulgação de projetos, eventos e jogos (desenvolvidos no Núcleo), com resultados muito positivos, como se pode ver através do grande número de visualizações. Cabe então, aproveitar este tipo de alcance e tecnologia, para a divulgação destes processos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante este primeiro semestre de 2022 já foram higienizados e digitalizados os processos da Indústria de Conservas Irmãos Mello; Indústria de Conservas Casa Verde e a Cotada, os quais somam em torno de 400 processos. Disponibilizar e conservar este material é fazer história pública, é evidenciar a história de uma comunidade, empresa ou grupo de pessoas para um público mais amplo que apenas a comunidade acadêmica.

O conceito de História Pública é um tanto abrangente e, por vezes, escorregadio, como esclarece Liddington, podendo variar de acordo com o cenário (acadêmico ou profissional). Contudo, pode-se evidenciar que a prática em história pública “é uma apresentação popular do passado para um leque de audiência” (LIDDINGTON, 2011, p. 34). Isto é, a conservação de documentos é a preservação da memória, o que possibilita uma consolidação identitária, uma consciência social e

cultural. Cabe às unidades formadoras (universidades) o incentivo à pesquisa, através dos processos trabalhistas, para uma maior compreensão do mundo dos trabalhadores e trabalhadoras, como também, das empresas e o dos operadores do direito (KOSCHIER, 2019).

Os próximos passos do projeto, segundo a coordenadora do Núcleo e responsável a Professora Lorena Almeida Gill, é digitalizar e higienizar os processos das empresas mais demandadas, com maiores números de processos, como o frigorífico Anglo S/A, a Fábrica Laneira, a Companhia Fiação e Tecidos e outras, as quais possibilitam pensar no cotidiano da cidade nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

#### 4. CONCLUSÕES

É importante ressaltar que a preservação, a conservação e a divulgação dos processos judiciais são de grande importância para a sociedade. Todo o material poderia ter sido perdido ou eliminado caso se seguissem legislações existentes à época que permitiam a incineração de autos findos processuais. Tal fato não aconteceu tendo em vista uma parceria do Memorial da Justiça do Trabalho do RS junto com o NDH-UFPEL.

Cabem aos arquivos, como o NDH, a responsabilidade de conservar documentos que representam o direito ao meio de prova, de memória e de identidade, mas para isso é fundamental que existam maiores investimentos públicos para a preservação e digitalização de documentos, que contam o nosso passado e que podem, a partir disso, fazer com que se entenda o presente e projetar o futuro.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Janele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.) **Introdução à História Pública**. Belo Horizonte: Letra & Voz, 2011, p. 31-52.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Digitalização & destruição: documento de arquivo, verdade histórica e fake News. In: FRANZINI, Fábio; LIMA, Luís Filipe Silvério (Org.). **Olhar o abismo**: visões sobre o passado e o presente do Brasil atual. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 15-24.

KOSCHIER, P. L. C. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Professora Beatriz Loner. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67117>. Acessado em: 14 agosto 2022.

NDH UFPEL. **História do NDH – UFPEL**. Pelotas, 2022. Acessado em 09 de agosto 2022. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/historia-do-ndh-ufpel/>